

A POBREZA NO CONTEXTO DA SOCIABILIDADE CAPITALISTA

RUFINO, Priscila de Morais¹

RESUMO:

Esse trabalho faz uma síntese da abordagem marxiana e liberal sobre a pobreza. A primeira, no sentido de nos aproximar da apreensão da problemática geradora da pobreza no contexto da sociedade capitalista, através de um estudo de base teórica crítica, considerando as transições históricas e sua materialidade na sociabilidade vigente. A segunda perspectiva, no sentido de apreender como esta sociedade compreende e reproduz a ideologia da pobreza como algo alheio, que sempre existiu e sempre continuará a existir, como uma condição natural e a-histórica.

Palavras chaves: Pobreza; perspectiva marxiana; perspectiva liberal.

INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo tecer algumas considerações sobre a pobreza, enquanto expressão da questão social, fazendo um breve levantamento sobre seu fundamento histórico e suas dimensões, articulado-as com os princípios da sociabilidade capitalista, sob o olhar da direção teórica marxiana que procura explicar a pobreza em sua gênese.

O presente trabalho também faz uma análise da direção teórica liberal/neoliberal, que se encontram sustentadas por um aparato de leis e direitos que as legitimam, por meio do Estado, enquanto estrutura fundamental para o “gerenciamento” das relações sociais no modelo de sociabilidade capitalista. Ainda nesse trabalho iremos examinar alguns dados relevantes, referentes à pobreza, postos por instituições de grande relevância política, ideológica, econômica e social como o Opera Mundi, ONU e Banco Mundial.

A realização desse estudo se deu através de pesquisa de caráter bibliográfica e empírica. A exposição do trabalho está estruturada em três itens. Para discussão

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas. Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas.

inicial, referente à pobreza segundo a perspectiva Marxiana, recorreremos às obras de Marx (2010), Netto (2006), Lessa e Tonet (2011), Montañó (2012) e Pimentel (2012). No tocante à pobreza segundo o pensamento liberal/neoliberal, fez-se uso dos estudos de Behring e Boschetti (2011) e Siqueira (2013). No terceiro e último item tratamos sobre dados recentes sobre a pobreza, por meio de uma análise de um recorte dessa realidade.

I. A POBREZA SEGUNDO A PERSPECTIVA MARXIANA

A pobreza é um fenômeno que permeia a sociedade antes do seu fundamento como sociedade de classes. Sendo assim, a pobreza não é fruto apenas da sociedade capitalista, esta passa a existir a partir das primeiras formas de exploração do homem pelo homem, no processo de transição da sociedade primitiva para as sociedades de classe. Como nos mostra Lessa e Tonet:

Com o aparecimento da agricultura e pecuária, os homens puderam, pela primeira vez, produzir mais do que necessitavam para sobreviver, ou seja, surgiu um excedente da produção.

A existência desse excedente tornou economicamente possível a exploração do homem pelo homem. [...] Com o surgimento da exploração do homem pelo homem, pela primeira vez as contradições sociais se tornaram antagônicas, isto é, impossíveis de serem conciliadas. (LESSA. TONET, 2011, p. 53).

Nas sociedades pré-capitalistas a pobreza era resultado da escassez de produção e não haviam forças produtivas suficientemente desenvolvidas para produzir os bens necessários de forma excedente. Tudo o que se produzia era o essencial para atender às necessidades coletivas. Assim: “Nas sociedades primitivas, os indivíduos, por mais que divergissem, tinham no fundo o mesmo interesse: garantir a sobrevivência de si e do bando ao qual pertenciam.” (LESSA. TONET, 2011, p. 53). Assim, como coloca Montañó:

Em sociedades pré-capitalistas a pobreza é o resultado (para além da desigualdade na distribuição da riqueza) do insuficiente desenvolvimento da produção de bens de consumo, ou seja, da escassez de produtos. (MONTAÑO, 2012, p. 279).

É no modo de produção capitalista que esse fenômeno apresenta uma “qualidade nova” (PIMENTEL, 2012, p. 154), qual seja, a pauperização da classe trabalhadora, como um fenômeno recorrente do processo de industrialização que teve origem na Inglaterra, no final do século XVIII.

Na percepção dos “observadores da época, independente da sua posição ideopolítica”, ficou claro que essa pobreza que surgia no interior da dinâmica capitalista e seus desdobramentos se tratava de um fenômeno novo, nunca visto na história, gerando uma inquietação muito grande entre eles. (PIMENTEL, 2012, p. 15).

Desse modo, continua a autora:

[...] O surgimento de amplas camadas populacionais relegadas à esfera da pobreza na sequência do processo de industrialização inquietava pensadores e ativistas políticos, que requisitavam soluções para os problemas daí decorrentes. Surgem, então, muitos questionamentos em torno de qual a resposta mais adequada para o seu enfrentamento. (PIMENTEL, 2012, p. 15).

É a partir do advento do modo de produção capitalista que ocorre o desenvolvimento das forças produtivas, comandada pelo sistema do capital, agora na esfera da produção. A relação capital e trabalho nessa sociabilidade, ou seja, a exploração da classe trabalhadora pelo capitalista em seu processo de extração da mais-valia, dá origem a um tipo de pobreza nunca visto anteriormente. É nesse contexto que a pobreza se agrava e ganha maiores proporções. Portanto,

No modo de produção capitalista a pobreza (pauperização absoluta ou relativa) é o resultado da acumulação privada do capital, mediante a exploração (da mais-valia), na relação entre capital e trabalho, entre os donos dos meios de produção e os donos de mera força de trabalho, exploradores e explorados, produtores diretos da riqueza e usurpadores do trabalho alheio. (MARX apud MONTAÑO, 2012, p. 279).

Contrariamente às sociedades pré-capitalistas, no modo de produção capitalista não são as precárias condições de desenvolvimento das forças produtivas que gestam a pobreza de amplos setores sociais, mas o próprio desenvolvimento e acumulação privada da riqueza que gera a desigualdade e a pobreza. Na lógica desse sistema, quanto mais se desenvolve as forças produtivas, maior será a acumulação ampliada de capital e conseqüentemente, maior será a pobreza.

A ordem socialmente determinada parece estabelecer ideologicamente a pobreza como um fenômeno essencialmente ligado apenas a carência monetária, fenômeno esse que deve ser “combatido” através da intensificação do uso de mecanismos estatais, a exemplo dos programas de transferência de renda. Ao passo em que o Estado “combate” a pobreza, ele a mantém, segundo Iamamoto e Carvalho (1996, p. 104), um dos resultados que se obtêm, através de muitos desses serviços sociais “é a institucionalização, pelo Estado, da pobreza, transformando o que era um “problema social” em uma questão sob controle”, pois este precisa conservar a lógica

de funcionamento da ordem social vigente, onde se encontra o fundamento da pobreza, enquanto expressão primeira da questão social².

Quando o Estado admite a existência de problemas sociais ele os procura ou em leis da natureza, que nenhuma força humana pode comandar, ou na vida privada, que é independente dele, ou na ineficiência da administração que depende dele. (MARX, 2010, p. 23).

As políticas sociais representam o Estado no gerenciamento da pobreza, sem tomar medidas estruturais, mas apenas mantê-la em “níveis amenos”, desenvolvendo programas focalizados e emergenciais. “Como não pode atinar com as causas fundamentais desses males, só resta ao Estado tomar medidas paliativas. Em resumo, o Estado, é insuperavelmente impotente face aos problemas sociais.” (MARX, 2010, p. 23).

A pobreza é um produto necessário ao capitalismo, que acumula riqueza ao mesmo passo que produz e reproduz a pobreza. Segundo Netto (2006, pág 142): “desenvolvimento capitalista é, necessariamente e irredutivelmente, produção exponenciada de riqueza e produção reiterada da pobreza”. A riqueza produzida na sociedade do capital não gera sua distribuição, mas sua acumulação nas mãos de poucos que se apropriam desta, mediante a exploração dos que não a possuem. Por isso, para Netto (2006), é falsa a tese segundo a qual o crescimento econômico é a única condição necessária para enfrentar, combater e reduzir o pauperismo que decorre da acumulação capitalista.

II. A SEGUNDO A PERSPECTIVA LIBERAL/NEOLIBERAL

A pobreza segundo o pensamento liberal de Adam Smith é entendida por meio do atraso econômico. Logo, este seria um problema indiretamente passível de se eliminar, levando em consideração o seguinte pensamento: “É o crescimento da produção de todos os setores econômicos, decorrente da divisão do trabalho, que

² No entendimento de Pimentel, “a questão social é constituída por três dimensões essenciais que se articulam entre si. São elas: 1. Suas raízes materiais e seu fundamento teórico, contidos na Lei Geral da Acumulação Capitalista; 2. Sua dimensão política, que diz respeito à organização e a luta dos trabalhadores; 3. A intervenção do Estado, que depende da fase do desenvolvimento capitalista que este experimenta.” (2013, p. 2). Ainda sobre a questão social, Braz e Netto (2012, p. 152), pontuam que o surgimento da questão social se deu na terceira década do século XIX, no processo de desenvolvimento urbano-industrial do capitalismo, quando este começava a consolidar as bases de sua acumulação.

produz numa sociedade bem governada, essa opulência universal, que se estendem as camadas inferiores da população.” (SMITH apud SIQUEIRA, 2013, p.47).

Smith presumia que o progresso econômico de um capitalismo dinâmico com livre concorrência promoveria a eliminação da pobreza com a geração de empregos e renda, assim o padrão de vida dos trabalhadores subiria com o aumento progressivo das taxas salariais e da produtividade do trabalho. A riqueza e a pobreza na fase do liberalismo clássico, conforme a percepção de Adam Smith, remetem a uma questão de liberdade ou escolha. Nesse sentido, compete ao indivíduo, por meio de suas capacidades e esforços restritos, os bons ou os maus resultados referentes à sua ascensão econômica e social. “Trata-se de uma sociedade fundada no mérito de cada um em potencializar suas capacidades supostamente naturais.” (BEHRING. BOSCHETTI, 2011, p. 60).

A pobreza no liberalismo democrata de Keynes, se caracteriza pela incapacidade para o consumo, levando a uma queda da demanda efetiva do mercado que, por sua vez, é resultante de escolhas individuais. Diferente do liberalismo clássico de Smith que culpabiliza o indivíduo por sua condição de pobreza, o liberalismo de Keynes parece responsabilizar o sistema pelo enfrentamento da pobreza. Tudo leva a crer que seu interesse era a reprodução do sistema capitalista, com uma proposta de Estado que alterou a leitura liberal clássica, um Estado que ocupa o papel de reestabelecer o equilíbrio econômico, estimulando a própria economia, de modo a se tornar um Estado intervencionista.

Keynes não apresenta, assim, uma teoria sobre o Estado, mas uma proposta sobre o papel do Estado para “salvar o capitalismo” de suas deficiências naturais. Ele concebe o Estado como um instrumento a serviço da economia, do equilíbrio econômico entre oferta e demanda, da superação da crise. Para ele, quando a demanda efetiva é elevada, assiste-se a um *boom* e à inflação; porém, quando ela é reduzida, há a recessão e a deflação (redução dos preços). Portanto, em contexto de baixa demanda (como num período de uma crise), o objetivo do Estado é estimular a produção e a demanda efetiva (o gasto público e o consumo), suprimindo o déficit de investimento privado com a ampliação do investimento público e promovendo a demanda efetiva com o estímulo ao “pleno emprego”. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 56).

A pobreza e a miséria, a partir da concepção keynesiana, passam a ser vistas como um problema decorrente da ação do mercado, um descompasso na relação oferta e demanda de bens e serviços. Para enfrentar esse problema de distribuição, segundo o pensamento de Keynes, o Estado deveria passar a intervir no sentido de criar condições para a produção e o consumo, incentivando a contenção do desemprego ou a transferência de renda que seria feita via políticas sociais e seguridade social. Promoveu-se o casamento que duraria trinta anos, entre o Estado

de Bem Estar Social e o modelo econômico vigente, os quais organizariam parte da produção e a redistribuição mediante políticas sociais e econômicas.

Hayek inaugura uma nova interpretação nesse campo de estudo, sendo a sua contribuição conhecida como neoliberalismo. Conforme o seu pensamento, a pobreza é fundamentada nos princípios liberais, logo, torna a ser vista como questão de responsabilidade individual, sendo a desigualdade necessária, pois serve para impulsionar o desenvolvimento. Hayek classifica o pobre como o sujeito que fracassa na livre concorrência do mercado.

O que fazer com os pobres? Hayek dirá: “existem perdedores; eles são pobres porque são perdedores e é claro que o Estado não pode ser insensível a isso”. O que dizer então das bolsas? Dar bolsas... Bolsas e não direito social organizado em torno do trabalho. Bolsa para aliviar o sofrimento, para aliviar a pobreza. [...] Assim eles classificam: “aqui nós temos a faixa dos extremamente pobres... estes ganham a bolsa X”. Vocês sabem do que eu estou falando. Bolsa assistência e não mais seguridade social. É dessa forma que são estruturadas as políticas dos anos 1980 e 1990 em diante. (SIQUEIRA, 2013, p. 78 e 79).

A apreensão da pobreza, nesse contexto, supõe a manutenção de uma intervenção mínima do Estado na área social, com ações focalizadas e precárias, com programas de combate à miséria e à fome, financiados em parte, pela sociedade civil e pela classe trabalhadora através de rendas obtidas a partir das reformas previdenciárias, tributos fiscais e arrocho salarial.

O pensamento neoliberal concebe a pobreza mais uma vez como um problema individual-pessoal, devolvendo à filantropia, a responsabilidade pela intervenção social à própria sociedade civil, ao terceiro setor, reforçando a autoajuda, a solidariedade, a filantropia e o benefício, substituindo o direito constitucional dos indivíduos enquanto cidadãos, impedindo-os de obter uma resposta do Estado.

A estratégia neoliberal orienta-se numa tripla ação. Por um lado a ação estatal, as políticas sociais do Estado, orientadas para a população mais pobre (cidadão usuário); ações focalizadas, precarizadas, regionalizadas e passíveis de clientelismo. Por outro lado, a ação mercantil desenvolvida pela empresa capitalista, dirigida à população consumidora, com capacidade de compra, tornando os serviços sociais mercadorias lucrativas. Finalmente, a ação do chamado “terceiro setor”, ou da chamada “sociedade civil”, orientada para a população não atendida nos casos anteriores, desenvolvendo uma intervenção filantrópica. (MONTAÑO, 2002, p.186)

A pobreza na perspectiva neoliberal também se vincula à esfera da distribuição nessa perspectiva, contrariando o pensamento Keynesiano, que concebe a pobreza

como vinculada a um *déficit* de oferta de bens e serviços, como um problema de escassez. Para o neoliberalismo, o problema está em uma deficiência da oferta no mercado, necessitando assim de um processo de desenvolvimento econômico prévio. Desse modo, o Estado deveria aprimorar sua capacidade de arrecadação para alcançar tal propósito, em lugar de estimular o consumo, como anteriormente no modelo adotado pelos monopólios. O Estado, agora deveria estimular o capital a investir, garantindo e preservando os ganhos, principalmente em contexto de crise para estabilizar a economia e manter os lucros. Paralelamente a isso, a intervenção social passa a ser focalizada e precária no âmbito estatal que responsabiliza à ação voluntária de indivíduos e organizações da sociedade civil por ações que competem legalmente ao próprio Estado.

III. **DADOS RECENTES SOBRE A POBREZA: Uma análise de um recorte da realidade**

Os indicadores da pobreza são sempre objetos polêmicos, segundo Netto (2006), pois costumam apresentar resultados muito diversos, servindo como meios de mistificação política e ideológica. A pobreza e a desigualdade, segundo o autor, estão intimamente vinculadas: a exploração é constituinte da dinâmica econômica do modo de produção capitalista. Na atualidade, dados do Opera Mundi revelam que cerca de 2,2 bilhões de pessoas no mundo vivem atualmente, ou se encontram a ponto de estar, em situação de pobreza, segundo o relatório anual do PNUD³ apresentado recentemente. A cifra representa mais de um terço da população global.

O Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU, em 2014, dá a entender que há uma "persistência de vulnerabilidades" que minam a melhora das condições de vida em nível global, e formula recomendações políticas para conseguir um desenvolvimento humano sustentável. Ainda de acordo com o documento, cerca de 1,5 bilhão de pessoas sofre de "pobreza multidimensional" em 91 países em desenvolvimento, ou seja, passam por privações nas áreas de saúde, educação e padrões básicos de vida. O PNUD atribui essa persistência da pobreza às crises financeiras, oscilações dos preços da comida, desastres naturais e conflitos violentos e defende o acesso universal a serviços básicos de proteção social, tanto nos países ricos como naqueles em vias de desenvolvimento, com objetivo de aumentar a resistência dos grupos de população mais vulneráveis perante fatores negativos externos.

³ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Contrariando os dados em nível mundiais acima citados, dados do Banco Mundial revelam que a pobreza, no Brasil, caiu substancialmente, de 26.7% da população em 2003 para 12.6% em 2011. A extrema pobreza (pessoas vivendo com US\$ 1,25 por dia) também diminuiu: de 11.2% em 2003 para 5.4% em 2011. Entre 2001 e 2011, a taxa de crescimento da renda dos 40% mais pobres foi de 6.2% ao ano. Isso permitiu que a desigualdade de renda (medida pelo coeficiente de Gini) ⁴, chegasse a 0.519 em 2011. Esse foi o índice mais baixo em 50 anos. Apesar dessas “conquistas” apontadas pelo Banco Mundial, a desigualdade se mantém em níveis relativamente altos no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a perspectiva marxiana, que orienta esse trabalho, a pobreza jamais pode ser analisada separadamente da riqueza, por se tratar de uma unidade contraditória de opostos. Para a tradição marxista, a riqueza é uma categoria fundamental para a análise da pobreza, pois segundo essa perspectiva, a concentração da riqueza gera a exploração, o que se constitui elemento fundante da pobreza.

Segundo Siqueira (2013), para Marx, a pobreza não é apenas um aspecto marginal ou um problema de ordem natural, trata-se de um elemento central e fundante da acumulação capitalista. Para entender a pobreza na sociedade capitalista, segundo essa perspectiva, é necessário conhecer as determinações impostas historicamente pelas contradições próprias desse modelo de sociedade. Essas determinações constituem a realidade na qual os sujeitos empobrecidos se encontram. A pobreza, que se constitui no núcleo da sociedade capitalista, precisa ser apreendida para além de suas expressões e impactos sociais, geralmente naturalizados e postos fora de uma totalidade. O entendimento da pobreza deve ir além de seus conceitos e enfrentamento morais e psicologizantes que, na realidade tendem a fragmentar, reproduzir e gerenciar o problema, mistificando a sua origem basilar no contexto dessa sociabilidade.

Entende-se que quanto maior é o crescimento econômico ou acumulação de capitais, maior será o contingente de trabalhadores e a capacidade produtiva de seu

4 O índice de Gini é comumente utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda ou rendimento (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade no qual uma pessoa tem toda a renda, e as demais não têm nada ou muito pouco.

trabalho, logo, é crescente também o exército industrial⁵ de reserva, que cresce ao mesmo passo em que se produz e reproduz a riqueza social. Segundo Siqueira (2013), o entendimento da pobreza implica necessariamente o estudo da acumulação. Sem considerar os processos que fundam a acumulação não se pode caracterizar corretamente os fundamentos da pobreza. Assim, os estudos que desconsideram essa relação (pobreza/acumulação) fazem parte de uma análise apenas descritiva da pobreza, sem ir aos seus fundamentos.

Por fim, é importante a compreensão de que a pobreza não findará neste modelo de sociedade, pois é este mesmo modelo que trata de produzir e reproduzir a pobreza e suas diversas refrações. Não será o enfrentamento da pobreza via políticas sociais e públicas que acabará com essa expressão primeira da questão social. Segundo Netto, (2011), a ultrapassagem da pobreza só será possível em condições em que se suprima a sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1996.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução a Filosofia de Marx**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e a questão social; crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

5 Entende-se que: “Constitui um exército industrial de reserva, um contingente disponível, que pertence ao capital de modo tão absoluto como se tivesse sido criado e se mantivesse às suas custas. Oferece-lhe o material humano, disposto a ser sempre explorado, à medida que o exijam suas necessidades variáveis de exploração e, além disso, independente dos limites que o aumento real da população lhe possa opor.” (MARX *apud* IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 60).

_____. **Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento.** IN: Revista Serviço Social & Sociedade (110). São Paulo: Cortez, 2012.

MARX, Karl. **Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano.** Trad.: Ivo Tonet. São Paulo: Expressão popular, 2010.

NETTO, José Paulo. **Desigualdade, Pobreza e Serviço Social.** IN: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (19). Rio de Janeiro: revista em Pauta, 2007.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIMENTEL, Edlene. **Uma “Nova Questão Social”?** Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. 2ª Ed. São Paulo: Instituto Luckács, 2012.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social:** diferentes concepções e compromissos políticos. 1ª Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

Endereços eletrônicos:

Brasil: aspectos gerais.

Disponível em: <http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/overview>

Relatório da ONU aponta que 2,2 bilhões de pessoas vivem em situação de pobreza no mundo. Redação. São Paulo - 24/07/2014. Disponível em:

<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/37154/relatorio+da+onu+aponta+que+22+bilhoes+de+pessoas+vivem+em+situacao+de+pobreza+no+mundo.shtml>